

ARTIGO

SOBRESCRITA, LINGUAGEM E MEMÓRIA NA HISTÓRIA DE ROZA CABINDA

Marisa Aparecida Loures de Araújo Barros¹

Resumo: Neste trabalho, reflito sobre o jornalismo literário como prática que desafia os limites da objetividade e se abre a estratégias narrativas capazes de aproximar a informação da experiência sensível, ampliando a relação entre leitor, narrativa e realidade histórica. Nesse contexto, discuto o romance-reportagem como modalidade híbrida que, ao articular rigor informativo e subjetividade, possibilita recuperar memórias que foram silenciadas ou apagadas pela história oficial. Meu estudo centra-se na trajetória de Roza Cabinda, mulher negra, escravizada e analfabeta, que conquistou sua liberdade por meio de processo judicial em Juiz de Fora, em 1873, quinze anos antes da promulgação da Lei Áurea, mostrando como experiências individuais podem iluminar aspectos negligenciados da história coletiva. O romance-reportagem, ao narrar sua vida, permite uma escrita que transita entre jornalismo e literatura, informando, mas também humanizando, aproximando o leitor da complexidade da experiência vivida. Autoras e autores como Wittgenstein, Pucheu e Monteiro oferecem referências importantes para pensar o papel da linguagem, da (in)disciplina e da escrita sensível, evidenciando a potência do texto narrativo como instrumento de resistência e de reinscrição de histórias marginalizadas. Ancorada em teorias da memória, da crítica literária e dos estudos sobre subalternidade e feminismo negro, minha reflexão considera o romance-reportagem como um espaço de “sobrescrita”, capaz de tensionar silêncios históricos e reinscrever na memória coletiva vozes como a de Cabinda, historicamente apagadas dos discursos hegemônicos. Dessa forma, o texto propõe uma articulação entre rigor jornalístico, criatividade literária e compromisso ético de visibilizar sujeitos que desafiam a narrativa dominante, mostrando que o jornalismo literário pode se tornar uma prática crítica e transformadora, capaz de humanizar o passado e ampliar a compreensão do presente.

Palavras-chave: (in)disciplina, jornalismo literário, memória, Roza Cabinda.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora.

OVERWRITING, LANGUAGE, AND MEMORY IN THE HISTORY OF ROZA CABINDA

Abstract: In this paper, I reflect on literary journalism as a practice that challenges the limits of objectivity and opens itself to narrative strategies capable of bringing information closer to lived experience, thereby expanding the relationship between reader, narrative, and historical reality. Within this context, I discuss the reportage novel as a hybrid modality that, by articulating informational rigor and subjectivity, makes it possible to recover memories that have been silenced or erased by official history. My study focuses on the trajectory of Roza Cabinda, a Black woman, enslaved and illiterate, who gained her freedom through a legal process in Juiz de Fora in 1873, fifteen years before the promulgation of the Lei Áurea, demonstrating how individual experiences can illuminate neglected aspects of collective history. By narrating her life, the reportage novel allows for a form of writing that moves between journalism and literature, informing while also humanizing, and bringing the reader closer to the complexity of lived experience. Authors such as Wittgenstein, Pucheu, and Monteiro provide important references for reflecting on the role of language, (in)discipline, and sensitive writing, highlighting the power of narrative as an instrument of resistance and of the reinscription of marginalized histories. Grounded in theories of memory, literary criticism, and studies on subalternity and Black feminism, my reflection considers the reportage novel as a space of “overwriting,” capable of unsettling historical silences and reinscribing in collective memory voices such as Cabinda’s, historically erased from hegemonic discourses. In this way, the text proposes an articulation between journalistic rigor, literary creativity, and an ethical commitment to making visible subjects who challenge dominant narratives, showing that literary journalism can become a critical and transformative practice, capable of humanizing the past and expanding the understanding of the present.

Keywords: (In)discipline, Literary Journalism, Memory, Roza Cabinda.

1. CONTRA A ESCRITA CINZENTA

Eu inicio estes escritos inspirada pelas palavras proferidas pelo poeta e professor Alberto Pucheu, que, em *Pelo colorido, para além do cinzento (quase um manifesto)*, adverte-nos de que a crítica literária, em sua maioria, não consegue atravessar “o vidro, não estoura o blindex da porta fantasmática, não faz com que a mediação da obra alheia a ajude ao salto que a tornaria tão primeira quanto a outra, tocando imediatamente a vida” (Pucheu, 2007, p.17). O também professor de Teoria Literária e ensaísta, pegando emprestadas as reflexões de Antonio Candido, leva-nos a acreditar que a boa crítica literária não deve ser cinzenta, isto é, deve ser tão criativa e tão verdejante quanto a obra sobre a qual ela se debruça, pois só assim torna-se intensa e viva como a poesia.

No entanto, preciso esclarecer, diferentemente do poeta carioca, não escrevo estas linhas para discorrer sobre o ofício do crítico literário. Utilizo suas palavras para pensar no fazer do jornalista tradicional que, ancorado em uma crença cega na imparcialidade e na objetividade, muitas vezes, não consegue “atravessar o vidro” e se fazer criativo, não consegue atingir o leitor. Já aqui antecipo que vou propor uma reflexão sobre um jornalismo diferente, aquele que procura se esquivar dessa área cinzenta, apostando em uma produção “colorida”, que se insere, também, no campo da literatura. Mais especificamente, vou discutir a pertinência de o profissional das redações investir na escrita de um romance-reportagem, por este se tratar de um gênero que se caracteriza dentro dos limites do literário e que, por isso, permite ao jornalista desenvolver um trabalho mais criativo com a linguagem, fazendo da grande reportagem uma arte. Mas quero trazer um exemplo concreto que ilustra a pertinência da minha reflexão. Então, idealizo a produção de um romance-reportagem sobre a história de Roza Cabinda, mulher negra, ex-escravizada, que utilizou a justiça para obter a liberdade, no ano de 1873, em Juiz de Fora (Minas Gerais), antes de a Lei Áurea entrar em vigor. Nesse sentido, vejo o romance-reportagem como uma forma de realizar uma “síntese entre ciência e arte”, uma “escrita indiscernível” que Pucheu propõe, permitindo que a história de Cabinda não seja apenas relatada, mas sentida, vivida pelo leitor, “tocando a alma, o coração ou os nervos” (Pucheu, 2007, p.11).

Confesso. Devo, a André Monteiro, a ousadia de acreditar na possibilidade de fugir da já mencionada área cinzenta, aprendendo a aceitar as vantagens de ficar (in)disciplinada. Explico. Minha indisciplina é sugerir essa prática jornalística que se permite influenciar pelos recursos de um universo mais subjetivo e sensível. Em suas aulas na Pós-Graduação, o professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, inúmeras vezes, fez-nos entender que, “se toda disciplina potente – vale lembrar, favorável à vida – entra em um ‘textual’ jogo interdisciplinar, ela, também, necessariamente e paradoxalmente, se faz indisciplina” (Monteiro, 2021, p. 38). Contudo, é importante adiantar que, segundo Monteiro, trata-se de um jogo que une rigor e criação. Assim, entendo

que o objeto construído nessa fronteira híbrida deve, acima de tudo, manter-se comprometido com a informação.

Também considero oportuno trazer para estas minhas ponderações o filósofo austríaco-britânico Ludwig Wittgenstein, o qual, em sua obra póstuma, *Investigações filosóficas* (1999), rompeu com a ideia de que a linguagem apenas representa a realidade objetiva. Como ele afirma, “a linguagem é um labirinto de caminhos. Você chega de um lado e conhece todo o caminho; você chega de um outro lado para o mesmo local e já não reconhece mais nada” (Wittgenstein, 1999, p. 203). Desse modo, ele afirma que o significado está, na verdade, no uso e nos jogos de linguagem. E, a meu ver, o jornalismo tradicional é um jogo de linguagem com regras rígidas (objetividade e pirâmide invertida), e o jornalismo literário, representado aqui pelo romance-reportagem, é um novo jogo com regras que permitem o engajamento afetivo do leitor. Pontuo, ainda, que a literatura requer que o escritor, o texto e o leitor façam parte do mesmo jogo linguístico. E é nisto que acredito: em um jornalismo que não quer apenas informar, mas criar um jogo em que o leitor sinta a história de Roza Cabinda.

Antes de encerrar essas considerações iniciais, volto a Pucheu para afirmar que a prática do romance-reportagem, ao recusar a suposta objetividade do jornalismo tradicional, constitui-se como uma forma de “sobrescrita” histórica e jornalística. Reafirmo que Pucheu faz referência à crítica literária, em que um texto nasce do diálogo com o outro; e considero ser possível a ampliação dessa ideia. No caso do meu estudo, entendo que a “sobrescrita” não é sobre um texto, mas sobre o silêncio. Ao se produzir um romance-reportagem, a ideia é escrever “por sobre” o que não foi dito pela História oficial e pela mídia, transformando, assim, a história de Cabinda em uma narrativa viva e humanizada.

2. ROZA CABINDA E OS SILÊNCIOS DA HISTÓRIA OFICIAL

Em junho de 2022, o jornal *Tribuna de Minas*, de Juiz de Fora, publicou uma matéria que noticiava que a Prefeitura da cidade havia criado um grupo para discutir a outorga da Comenda Henrique Halfeld à Roza Cabinda. Essa medida foi divulgada uma semana após diversas entidades repudiarem a indicação, por considerarem que a decisão de conceder à Cabinda uma comenda que leva o nome de seu algoz significaria submeter a memória dela a uma nova violência. Na mesma publicação, o jornal ainda informava que o texto do decreto definia que o objetivo do fórum de discussão também era promover pesquisas e debates que visassem ao aprofundamento do conhecimento do passado de Juiz de Fora e de suas dívidas históricas (Silva, 2022).

É certo que o município tem uma dívida com Cabinda. Negra e analfabeta, ela foi escrava pessoal de Dona Carlota Halfeld, esposa de Henrique Halfeld, que, não por acaso, nomeia uma medalha que é outorgada massivamente a mais homens que mulheres. No inventário de Dona Carlota, consta que ela autorizava que Cabinda comprasse sua liberdade. No entanto, o viúvo não aceitou a

proposta da escravizada, sob a alegação de que ela valia mais do que a quantia que oferecia. Roza Cabinda estava com 44 anos, havia ficado aleijada da mão, e os avaliadores consideraram que, por suas condições, o valor oferecido por ela, trezentos mil réis, era suficiente. Diante do impasse, a escravizada apelou para os aparatos judiciários e conseguiu sua alforria pela quantia que havia proposto a Halfeld (Guimarães; Guimarães, 2001).

Enfatizo que estou dissertando sobre uma mulher negra que utilizou a Justiça para obter a liberdade quinze anos antes da entrada em vigor da Lei Áurea. Por causa de tal feito, em 2018, coletivos femininos da cidade criaram a Medalha Roza Cabinda, honraria que tem a finalidade de valorizar a contribuição da mulher para o desenvolvimento de Juiz de Fora e região. Ainda assim, mesmo que o pioneirismo seja uma marca da trajetória da ex-escravizada, muitos juizforanos não a conhecem.

Destaco que, em junho de 2024, o nome dela ficou em evidência nos jornais locais em virtude da inauguração de um viaduto chamado Roza Cabinda. Considerada uma das maiores intervenções viárias de Juiz de Fora, a construção foi erguida em um ponto central da cidade, e a entrega da obra ocorreu sob gritos de “viva Roza Cabinda” e comemorações por parte do Movimento Negro Unificado e União das Negras e Negros pela Igualdade (Unegro), que levantaram cartazes que celebravam a ex-escravizada. Aqui, considero importante mencionar que a homenagem de vulto concedida a Cabinda não pode ser dissociada das pressões exercidas por esses movimentos.

Até bem pouco tempo, ela era apenas referenciada por meio de um largo com seu nome, situado no Bairro Vitorino Braga, na região periférica da cidade. Em contrapartida, uma das principais ruas do Centro de Juiz de Fora, a qual funciona como uma artéria histórica e comercial e frequentemente é utilizada como palco de diversas manifestações culturais e políticas, celebra Henrique Halfeld. Acrescento aí o fato de que estou tratando de uma mulher negra que faz parte da memória de Juiz de Fora, mas que está ausente dos currículos escolares e, conseqüentemente, poucos conhecem o seu legado. Já, com relação ao seu opressor, certamente, em algum momento da vida acadêmica, ao pesquisarem a história do município, os estudantes se debruçaram sobre a origem da via que o homenageia. Esse é só mais um exemplo de como a História oficial reconhece certos nomes e apagam outros.

Diante disso, reforço que, com a produção de um romance-reportagem, acredito ser possível contar a história dessa mulher negra, analfabeta, escravizada e aleijada que conseguiu subverter a ordem, sinalizando para outras possibilidades em um sistema social assimétrico, de uma maneira vibrante e “colorida”, em vez de “cinzenta” e meramente descritiva ou analítica. Acredito, também, que o romance-reportagem vai me permitir tecer uma conexão entre o passado e o presente, mostrando como a luta de Roza Cabinda ressoa até hoje.

Segundo as pesquisadoras Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva, o jornalismo faz parte de uma organização em que são tecidas as relações de

poder e, atrelado ao valor-notícia, pode contribuir para manter uma estrutura dominante, capitalista, patriarcal e ocidental. A causa disso é que, ao ter como principal fundamento a busca cega pela objetividade, resumida a apenas relatar fatos, o repórter se furta de fazer um trabalho consistente. Dessa forma, o jornalismo acaba participando “dos processos de transformação de diferenças em desigualdades, contribuindo para a manutenção e opacificação de ideologias como o machismo e o racismo” (Moraes; Silva, 2021, p. 113-114). Com isso, grupos historicamente subalternizados, como mulheres e negros, são relegados à margem.

Acrescento o fato de que, em geral, nas notícias diárias, os entrevistados são tratados como fonte, objeto de informação. No jornalismo literário, porém, eles são personagens reais, e “o repórter busca explorar diversos aspectos de sua vida e reconstruí-los textualmente como seres humanos que agem e reagem frente aos estímulos de sua realidade com riso ou sofrimento, com raiva ou serenidade” (Correio; Martinez; Passos, 2015, p. 239).

Volto a afirmar que sugiro, portanto, a incorporação da subjetividade no jornalismo, o que não quer dizer abraçar a emoção desmedida e deixar de lado critérios rígidos de apuração e checagem de informação. Considero que a literatura de ficção pode estar presente na maneira de narrar fatos. E é justamente aí que reside um diferencial do jornalismo que não ignora o subjetivo. É uma prática que procura captar o outro de maneira integral, que seduz o leitor por abordar a informação como um ato de contar histórias.

Nesse contexto, ressalto que a mídia tem grande responsabilidade no processo de apagamento da memória de Roza Cabinda. Embora o imbróglio envolvendo a outorga da Medalha Henrique Halfeld à ex-escravizada e a inauguração do viaduto Roza Cabinda tenham a levado, nos últimos tempos, para os noticiários locais, o pequeno espaço destinado a ela não conseguiu provocar mudanças significativas no que diz respeito a tirá-la da invisibilidade. Também acredito que o jornalismo tradicional é simplificador e raramente abre espaço para o repórter trabalhar, com sensibilidade, uma pauta importante para a sociedade.

2.1 CAMINHOS DA INDISCIPLINA

Reconheço que escrever um romance-reportagem para contar a história de uma mulher negra e escravizada, que teve sua trajetória apagada, exige um conhecimento a respeito de assuntos, como subalternidade feminina, feminismo negro, jornalismo literário, subjetividade no jornalismo e construção de personagens. Além disso, requer uma compreensão de conceitos controversos, como memória e verdade e suas implicações e questionamentos no campo do jornalismo e da literatura.

Começo pontuando que Luiz Amaral anuncia que a reportagem é uma arte. “O jornalista é considerado o romancista da atualidade” (Amaral, 1982, p. 133), e, em seu ofício de produzir uma boa reportagem, requisitos como sensibilidade, criatividade e narração fluente, capaz de seduzir o leitor, devem estar presentes. Entretanto, uma advertência é necessária: apesar de essa atividade criativa exigir imaginação, o compromisso com a verdade deve imperar. “Para cumpri-lo, necessita ter coragem e dizer ‘isto eu vi’, ‘isto me contaram’ [...]” (Amaral, 1982, p. 135).

Ao tocar nesse assunto, julgo apropriado retornar à fala de André Monteiro, registrada em “É preciso aprender a ficar (in)disciplinado” (2012). Nesse texto, o professor recomenda a necessidade de saber “habitar” a indisciplina, não a confundindo com desleixo, ou falta de rigor para com a nossa prática. Ele sugere que nos livremos da “corcunda” que nos torna apenas “multiplicadores de disciplinas, em seu sentido mais fraco” (Monteiro, 2021, p. 38), pois ela, a “corcunda”, nos faz escravos, isto é, pessoas “especialistas em disciplinas”, porém incapazes de criar algo novo (Monteiro, 2021, p. 37). Mas não paro por aqui. Monteiro apresenta uma disciplina que se torna “dançarina” e compara essa prática ao jazz, na medida em que essa dança deve se estabelecer com uma “base rítmica, harmônica e melódica bem estruturada e bem estudada, que permite “a variação erótica e selvagem do improviso” (Monteiro, 2021, p. 38).

A partir disso, arrisco defender que, fazendo um paralelo de sua teoria com meus estudos, a base rítmica é a pesquisa rigorosa, o levantamento de informações sobre Roza Cabinda, o mapeamento da história da escravidão em Juiz de Fora. Já o nosso improviso é a produção de um romance-reportagem, com uma escrita criativa que humaniza a personagem, descreve ambientes e usa a linguagem para ir além dos fatos. Recorrendo a Roland Barthes, citado pelo professor, acredito poder afirmar que, ao produzir um romance-reportagem, o jornalista cria um objeto novo, conforme proposto pelo filósofo francês, em 1970 (Monteiro, 2021, p. 37), um objeto que mistura jornalismo, literatura, história, memória e crítica social.

No dia a dia, com a justificativa de que precisam dar conta das urgências da profissão, muitas vezes, os repórteres têm que seguir à risca o que fora ensinado a eles na Academia, isto é, construir um texto ancorado na técnica do *lead* e da pirâmide invertida. Em poucas palavras, iniciar uma notícia pelos dados que o jornalista julga serem os mais importantes. Nada de escrever uma matéria mais subjetiva e envolvente. Isso porque, no meio jornalístico, há quem ainda acredite, sem críticas, no mito da objetividade, como se, ao seguir certos critérios na construção da notícia, como escrever em terceira pessoa e deixar informações reveladoras entre aspas, o repórter estivesse legitimando o discurso de que está levando ao leitor a pura verdade dos fatos. Mas será?

Wittgenstein, em um primeiro momento, em seu *Tractatus Logico-Philosophicus* (1968), pautou-se na ideia de que as palavras nomeiam objetos, e

as frases são as simples combinações dessas palavras. No entanto, percebo que essa perspectiva só seria útil para “descrições da realidade” e não para a literatura, pois ignora a complexidade da linguagem. Então, sabiamente, ele percebe que o sentido emerge do jogo de linguagem entre escritor, personagem e leitor e registra seus novos estudos em *Investigações filosóficas* (1999). Dentro dessa perspectiva, penso que o jornalismo tradicional, ao se prender a uma “objetividade” superficial, age buscando uma representação da realidade que não dá conta da sua complexidade. E essa é a escrita “cinzenta” criticada por Pucheu e a disciplina ensimesmada, recusada por Monteiro.

Apesar de Jacques Le Goff tratar do ofício do historiador e não do jornalista, seu pensamento é oportuno nessa discussão. “Desde o alvorecer da história que se julga o historiador pela medida da verdade” (Le Goff, 2013, pp. 33-34), assim como acontece com o profissional da imprensa. De acordo com o estudioso francês, toda narrativa tem um grau de imaginação, e a busca cega pela objetividade pode gerar manipulações muito mais complexas, e ele segue com suas reflexões trazendo a distinção, proposta por Léopold Gênicot, entre objetividade e imparcialidade. Enquanto esta é deliberada, isto é, estabelecida, e “exige do historiador honestidade” (Le Goff, 2013, p. 35); aquela é inconsciente, e é “impossível ser objetivo, abstrair das suas concepções de homem, nomeadamente quando se trata de avaliar a importância dos fatos e as suas relações causais” (Gênicot, 1980, p. 112, apud, Le Goff, 2013, pp. 32-33). Percorrendo seus escritos, entendemos que a objetividade não é a pura submissão aos fatos como muitos pensam (Le Goff, 2013, p. 35).

Desse modo, por que não explorar os pontos de contato entre a objetividade e a subjetividade? Preciso retomar as observações feitas pelas pesquisadoras Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2021). Elas afirmam que, ao ter como fundamento a busca cega pela objetividade, o jornalismo pode contribuir para manter uma estrutura dominante, capitalista, patriarcal e ocidental, provocando o apagamento de grupos marginalizados, como mulheres e negros. Já pontuei que Roza Cabinda, embora faça parte da história de Juiz de Fora e seja uma importante personagem de empoderamento feminino, visto que driblou as barreiras da subalternidade conquistando a liberdade antes de a Lei Áurea passar a vigorar, está longe das grades de instituições de ensino. De maneira geral, os juiz-foranos não a conhecem. Todavia, o contrário ocorre com seu algoz, o alemão que fora designado para construir a Estrada do Paraibuna ligando Vila Rica, então capital de Minas Gerais, ao Rio de Janeiro.

Mesmo tendo ocupado recentemente os noticiários locais, Cabinda continua, aos olhos da grande maioria da população, sendo uma ilustre desconhecida. E reforço que acredito na responsabilidade da mídia no que diz respeito a esse silenciamento. Adoto a concepção de que fazer um jornalismo subjetivo, que humaniza suas fontes e leva o leitor a se sensibilizar diante da dor do outro, pode ser um caminho para resgatar a memória da ex-escravizada, mostrando a presença feminina e negra nos espaços majoritariamente ocupados

por homens brancos. Importante sempre enfatizar que essa tarefa entra no território criativo e sensível da literatura. E, mais uma vez, conhecendo as possíveis críticas à entrada da subjetividade e da sensibilidade no jornalismo, recorro ao conceito de “sobrescrita” de Pucheu para frisar minha defesa de criação de uma narrativa que procura provocar rasuras na escrita hegemônica. Não quero uma “subescrita” da história, “uma escrita de segunda, que traria à baila algo que [...], já estivesse dado, porém escondido, camuflado, entocado” (Pucheu, 2017, p.17), mas uma “sobrescrita” que, ao contar a vida de Cabinda com poeticidade, seja capaz de transformar a história dela em uma narrativa viva e potente.

Nesse contexto, ressalto que uma das mais intensas manifestações do jornalismo literário ocorreu com o nascimento do *New Journalism*. Este consiste em um novo estilo de jornalismo que se originou nos Estados Unidos, na década de 1960, como uma alternativa ao modelo da pirâmide invertida: um jornalismo mais interpretativo, que faz correlações com temas paralelos e que propõe um avanço nas reportagens. Segundo estudiosos, *New Journalism* significa escrever um texto literário que é narrado como um conto ou um enredo dramático, mas que não é inventado. Quem o pratica lança mão de recursos como construção cena a cena, reprodução de diálogos de personagens, exploração das características da narrativa, descrição de gestos, comportamentos e ambientes, além de outros detalhes simbólicos, para reforçar a aparência de realidade. Também é comum empregar pontuação pouco convencional no jornalismo e abusar de interjeições e onomatopéias (Ferreira; Vargas, 1992).

Contudo, volto a reforçar que não é na imprensa diária que os repórteres costumam encontrar a oportunidade de escrever fora dos padrões rígidos da profissão. Alguns, para terem mais liberdade na produção, optam pela publicação de um romance-reportagem. Nelson Toledo Ferreira e Graciema Rodrigues Vargas observam que, quando a reportagem recebe o tratamento de um romance, ela alcança o âmago de uma narrativa jornalística ampliada. O romance, além de contar uma história, consegue prender a atenção do leitor, gerando uma reflexão sobre o homem e o mundo. Para os dois pesquisadores, é a variedade estilística e a orientação a partir da contemporaneidade que conferem ao romance abrangência e densidade superiores. Segundo eles, “o romance reveste-se de ambições grandiosas, busca compreender a realidade humana através das relações dos personagens entre si e suas interações no tempo. Revela a rede sequencial de conflitos e um enredo dotado de intrigas” (Ferreira; Vargas, 1992, p. 54).

Sabidamente, Antonio Candido afirma que “a personagem parece ser *o que há de mais vivo* no romance” (Candido, 2014, p. 54. Grifo do autor). Conforme já antecipei, no noticiário diário, os entrevistados, de maneira geral, são apenas fontes de informação. Já, no jornalismo literário, eles são tratados como seres humanos reais, o que gera uma aproximação com o leitor, que acaba se

colocando no lugar dele. Marcio Serelle prefere o termo jornalismo narrativo para nomear o conjunto de textos que explora os recursos literários, que aborda a informação como um ato de contar histórias. E ele explica o que faz nessa narrativa o tratamento dado ao personagem ser mais ambicioso (Serelle, 2020, p. 45).

Pretende-se narrar a vida em espessura para que o texto forje um outro que o leitor não possa contornar, de que não possa se desviar. Para Roberto Saviano (2011), a tarefa do escritor é “fazer sentir aquelas pessoas” como indivíduos cuja realidade nos diz respeito [...]. Não importando se ficção ou fato, o literário, segundo Saviano, nos implica – e esta é uma diferença em relação à notícia. O argumento de Saviano pertence a uma tradição autorreflexiva de escritores que valorizam a empatia literária com base na ideia de que a mudança de perspectiva experimentada pela incursão na vida da personagem nos ajuda a compreender melhor o outro e nos torna mais solidários (Serelle, 2020, p. 54).

Serelle apresenta outra importante questão a respeito do jornalismo literário. Ele aponta que essa prática retira suas bases do realismo, no qual se procurou fazer uma ligação entre indivíduo e sociedade. Indivíduo este que não representa um tipo, mas uma pessoa particularizada, que tem nome e sobrenome e que pode ser encontrada no cotidiano. Observa também que a descrição é mais um recurso utilizado no jornalismo literário a fim de aproximar o leitor dos personagens. “Por meio do registro de detalhes, como nos romances de Balzac, os jornalistas podiam demonstrar condições de vida” (Serelle, 2020, p. 50), destaca ele, completando que a função da descrição também é de legitimação. Traz um efeito de real, pois indica que o jornalista esteve no local.

Para Moraes, o repórter que pratica o jornalismo de subjetividade deve ser aquele que dá conta dos ruídos, “que está aberto ao que acontece enquanto ele se aproxima do personagem” (Moraes, 2015, p. 26) e que procura realizar um “apagamento de si” a fim de ouvir o outro atentamente. E esse outro não pode ser visto como um objeto, mas como uma pessoa com todas as suas complexidades, podendo ser “resistentes, abertos, espontâneos, ávidos, compulsivos” (Moraes, 2015, p. 233).

Penso que, quando tento compreender o personagem no jornalismo, posso partir da ficção, pois há teorias mais consistentes nesse universo. Assim como no mundo ficcional, no papel, ele é construído “por meio da linguagem”, o que significa que “o modo de se contar sua vida pode ser bastante diferente a partir do tipo de urdidura do enredo” (Serelle, 2020, p.45). Nesse aspecto, lida-se com pessoa, alguém que vive de verdade, e isso exige mais responsabilidade com o outro, pois o não cuidado com o que se escreve pode provocar danos ao profissional, mas, principalmente, ao entrevistado.

Aqui, sinto que é importante destacar que a arte de narrar e a memória são indissociáveis, e é muitas vezes nas lembranças de uma pessoa ou de uma comunidade inteira que o jornalista se ancora para se vincular ao real. Nesse ponto, recorro ao pensamento de Andreas Huyssen (2000), que observa a existência de uma obsessão pela memória. E merece nossa atenção, também, o que Le Goff (2013) diz sobre a memória coletiva. Ele reconhece que ela é passível de manipulação nas lutas pelo poder. Por isso, não raramente, os testemunhos são perseguidos e descartados por instâncias de poder que não querem que eles venham a público.

Com essa questão, faço mais uma relação com a história de Roza Cabinda. Ela foi uma mulher negra. O contexto de sua existência é o período da escravidão. E considero acertado recorrer às reflexões de Bell Hooks, no livro *E eu não sou uma mulher?*. Apesar de, nessa obra, o centro do debate ser a experiência da mulher negra estadunidense, a teórica feminista me faz perceber o quanto a desvalorização da mulher negra é um problema que ultrapassa as fronteiras geográficas. Hooks nos lembra de que, no caso da mulher negra escravizada, “é óbvio que as duas forças, sexismo e racismo, intensificaram e aumentaram os sofrimentos [...] e a opressão contra elas” (Hooks, 2019, p.47).

Autora do livro *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*, a historiadora Ynaê Lopes dos Santos assevera que, ainda hoje, a mulher negra continua no pior lugar da estrutura social (Camazano, 2022). Imagino, então, como foi para Cabinda lutar pelo direito de ser livre em pleno século XIX. Enfatizo que, além de mulher, Cabinda era negra e escravizada. Ousou enfrentar Henrique Halfeld, subvertendo a ordem de homem submetendo mulher e de branco submetendo negro. Talvez tenhamos nessa história um caso de testemunhos perseguidos e descartados, pois não é interessante que a memória de uma escravizada que enfrentou o seu algoz seja lembrada.

Fábio Rios contribui com esse debate trazendo as reflexões de Michael Pollak a respeito dos “processos de coerção e dominação que estão relacionados à formação das memórias” (Rios, 2013, p. 11). A memória é múltipla, pois “cada grupo cultiva um conjunto particular de lembranças” (Rios, 2013, p. 12). E é justamente essa diversidade, de acordo com Pollak, que faz a memória ser objeto de disputa e conflitos. Cada grupo se impõe sobre os outros para preservar sua visão sobre o passado (Rios, 2013). Conforme sentencia Le Goff, “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (Le Goff, 2013, p.12).

Volto a pontuar que a produção do romance-reportagem pode contribuir para o resgate da memória de Roza Cabinda e tal pensamento, a meu ver, reforça as palavras de Djamila Ribeiro, para quem, “desde muito tempo, as mulheres negras vêm lutando para serem sujeitos políticos e produzindo discursos contra-hegemônicos” (Ribeiro, 2021, p. 18). Como argumenta Moraes (2015), praticar um jornalismo de subjetividade significa incorporar o Outro em

sua plenitude, captar as pessoas em sua integralidade. Significa estar aberto a considerar o que acontece enquanto o repórter aproxima-se do personagem, é, “certamente, um caminho para minar clichês e lugares-comuns que tantas vezes só engessam nosso olhar sobre o mundo” (Moraes, 2015, p. 159).

3. REFLEXÕES EM MOVIMENTO

Comecei a estudar o hibridismo entre jornalismo e literatura ainda na Faculdade de Comunicação, momento em que decidi que me debruçaria sobre meus dois campos de trabalho, visto que, além de jornalista, também sou formada em Letras e atuo como professora de Literatura e de Língua Portuguesa. Desde lá, percebo que ainda tenho muito o que pesquisar e que é impossível falar em considerações finais. Afinal de contas, à medida que leio e que busco novas discussões a respeito desse assunto, percebo que ainda tenho muito mais a descobrir e a escrever sobre ele. Como diz Gilles Deleuze, em “A literatura e a vida”, a escrita é um processo inacabado, escrever é entrar em movimento com a vida (Deleuze, 1997).

Foi no semestre passado que tive contato com as ideias do professor André Monteiro sobre a (in)disciplina e, se, inicialmente, senti receio por estar em uma aula de Literatura e Filosofia, depois percebi que muitas das discussões ali realizadas se encaixariam perfeitamente dentro do que ousou pesquisar. Descobri-me indisciplinada, ou melhor, descobri que quero cada vez mais alcançar a indisciplinada, pois não quero ser a especialista que sustenta uma “corcunda” que me impede de criar coisas novas. Quero muito ser “dançarina”, como o professor sugere, permitindo-me dançar entre literatura e jornalismo, sendo capaz de me abrir ao risco e à vida. Monteiro me lembra que a (in)disciplina, quando habitada com rigor e criatividade, transforma-se em método fértil para inovação.

Pois bem, ao longo deste estudo, busquei demonstrar que o romance-reportagem representa uma possibilidade de transgredir os limites do jornalismo tradicional, permitindo que a linguagem se torne “colorida”, veículo de emoção, memória e reconstrução histórica. Retomando Pucheu, percebi que a “sobrescrita” não é apenas um recurso literário, mas um ato de justiça: escrever sobre silêncios, trazer à tona vozes apagadas, como a de Roza Cabinda. E, com Wittgenstein, entendi que a escrita que se quer transitar entre o jornalismo e a literatura se constrói dentro de um jogo de linguagem: o sentido não está apenas nos fatos, mas na forma como são narrados e experienciados, conectando escritor, personagem e leitor.

Estou começando agora minhas pesquisas sobre Roza Cabinda. Minha intenção é, realmente, escrever um romance-reportagem sobre ela, tentando contribuir para corrigir, de alguma forma, as possíveis falhas cometidas pela

imprensa tradicional. Dessa forma, acredito que produzir um romance-reportagem sobre essa mulher não é apenas contar uma história. É resgatar memória, questionar estruturas que perpetuam o apagamento de sujeitos marginalizados. Ao integrar literatura e jornalismo, subjetividade e rigor, narrativa e pesquisa, nós, profissionais da imprensa, podemos criar textos que não apenas informam, mas tocam, sensibilizam e provocam reflexão. O caso de Roza Cabinda exemplifica que histórias esquecidas podem ser reabilitadas e que, no encontro entre literatura e jornalismo, a voz do passado encontra o espaço que lhe é devido no presente.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luiz. **Jornalismo**: matéria de primeira página. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.

CAMAZANO, Priscila. Visibilidade da luta de mulheres negras não diminui violência que as atinge, diz historiadora. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 jul. 2022. Disponível

em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/visibilidade-da-luta-de-mulheres-negras-nao-diminui-violencia-que-as-atinge-diz-historiadora.shtml>.

Acesso em: 24 jul. 2022.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: CANDIDO, Antonio *et al.* **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

CORREIO, Eduardo Luiz; MARTINEZ, Monica; PASSOS, Mateus Yuri. Entre fato e ficção: personagens compostos e fictícios ou fraude em jornalismo?.

Revista Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v.12, n. 2, pp. 238-250, set. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2015v12n2p238> Acesso em: 10 jan. 2023.

DELEUZE, Gilles. “A literatura e a vida”. In: **Crítica e clínica**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997. p.11-16.

FERREIRA, Nelson Toledo; VARGAS, Graciema Rodrigues. **Novos rumos do jornalismo** – Uma análise do livro-reportagem através de Olga, de Fernando Moraes. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 1992.

GUIMARÃES, Elione Silva; GUIMARÃES, Valéria Alves. **Aspectos Cotidianos da escravidão em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Funalfa, 2001.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismos. Tradução Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Roza dos Tempos, 2019.

HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. *In*: HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Tradução Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão; Suzana Ferreira Borges. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

MONTEIRO, André. “É preciso aprender a ficar (in)disciplinado”. *In*: *Nossa casa sem Paredes*. Juiz de Fora: Editora UFJF: 2021, p. 35-43. Disponível em <https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2021/12/NOSSA-CASA-2.pdf>

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy**. Transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

MORAES, Fabiana; SILVA, Macia Veiga. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. *In*: BOMFIM, Ivan; SARTOR, Basilio; VIEIRA, Karine Moura; SILVA, Marcia Veiga (orgs.). **Mídia e Zeitgeist**. Florianópolis: Insular, 2021. p. 113-138. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PpYvEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA113&dq=M%C3%ADdia+e+Zeitgeist+&ots=4culU5jxPv&sig=B7K8xFH23S8gfoWtTvBedUZ-rvs#v=onepage&q=M%C3%ADdia%20e%20Zeitgeist&f=false> Acesso em: 25 jan. 2023.

PUCHEU, Alberto. “Pelo colorido, para além do cinzento (quase um manifesto)”. *In*: **Pelocolorido, para além do cinzento (a literatura e seus contornos interventivos)**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007, p.11-26.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro/Jandaíra, 2021.

RIOS, FÁBIO. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. *In*: **Revista Intratextos**, Rio de Janeiro, v. 5, n,1, p. 1-22, nov. 2013. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2013.7102> . Acesso em: 20 jan. 2023.

SERELLE, M. A personagem no jornalismo narrativo: empatia e ética. *In*: **Revista Mídia e Cotidiano**, Rio de Janeiro, v.14, n. 2, p. 44-64, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rmc.v14i2.42179>. Acesso em: 20

jan. 2023.

SILVA, Gabriel. PJF cria grupo para discutir outorga da Comenda Henrique Halfeld à Roza Cabinda. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 1º jun. 2022. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/01-06-2022/pjf-cria-grupo-para-discutir-outorga-da-comenda-henrique-halfeld-a-roza-cabinda.html>. Acesso em: 27 ago. 2023.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. José Arthur Giannotti (tradução e apresentação). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. José Carlos Bruni (trad.). Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.